

O equívoco de uma resposta

ALVARO VALLE

Com seu ardor de polemista, D. Lourenço de Almeida Prado respondeu no GLOBO de 6 de outubro, ao que eu escrevera em 21 de setembro. Começou a responder-me no título: "Verba pública para o Ensino Público".

Deixei correr algum tempo antes da tréplica, à espera de todas as cartas que me chegaram às dezenas, algumas defendendo-me e outras sugerindo-me reconhecer a razão de D. Lourenço. Entre as que O GLOBO publicou na sua seção de leitores, um deles sugere que eu responda a meu mestre, ou cale-me para sempre. Como não tenho a menor intenção de calar-me tão cedo, aí vão os comentários.

A polêmica é um pouco de Itararé. O autor refere-se a uma "colonização básica" que eu teria feito. Cita-me, entre aspas, colocando em meu artigo essas palavras que eu teria escrito: "Nossas escolas particulares são meros balcões de comércio".

Corri assustado para reler o meu artigo, imaginando a introdução por algum revisor desta frase que eu escreveria. Logo eu, fruto de escolas privadas, às quais devo o que sei e muito do que sou. Inclusive ao São Bento de hoje. Felizmente, a frase não estava em meu artigo. Leitor ávido, D. Lourenço deve tê-la lido de outro autor.

Mas muitos dos que me escreveram, elogiam-me ou criticam-me pela frase que eu não disse. Alguns leram belo artigo de D. Lourenço, mas não o meu. E como sempre, ficou valendo a versão.

Pelo contrário, fiz em vários momentos a defesa da escola privada. Mas acredito que, no próprio interesse dela, temos de defendê-la enquanto ela for realmente escola. Ao contrário de D. Lourenço, procurei despir-me de posições ideológicas: não

vamos defender uma escola só porque ela é particular. Entre elas, existem baiúcas que merecem o nosso repúdio e não o nosso respeito.

O meu mestre, com irretocável método tomista, procura invalidar o raciocínio que desenvolvi, apelando para a lógica. Só que Sto. Tomás imagina um argumento e o responde. Meu polemista o inventou, atribuiu-o a mim, e respondeu com o seu brilho de sempre deixando-me como o Manoel da piada.

Parece-me que o autor, com este brilho, ficou às vezes mais próximo dos sofistas que de Platão, querendo entusiasmar-nos com as frases. Estou de acordo com a ideia de que o dinheiro público pertence ao público e não ao Estado. Mas daí a concluir-se que, por isso, ele deve ser aplicado necessariamente em escolas particulares, há uma léguia de distância. O Estado é o gestor desse dinheiro e não deve aplicá-lo ilicitamente. Dar dinheiro a um balcão comercial que ilude seus alunos, é tão ilícito quanto gastá-lo com mordomias, subsídios imorais de políticos ou negociatas da LBA. Não há respeito à filosofia que nos obrigue a esbanjar o dinheiro público. E a minha tese era apenas esta: há escolas que são indignas do nome e não merecem defesa só por causa da tabuleta que têm à porta.

Falhei nos meus propósitos. Quis convocar os verdadeiros educadores e as verdadeiras escolas particulares para uma união contra os que fazem do ensino um mero comércio. As boas escolas privadas existem em todo o País, dignas, honradas, sérias, eficientes. E acrescentem os adjetivos encomiásticos que quiserem e os subscrevo: escolas confessionais ou não. Elas precisam separar-se para não se confundirem.

Recebi o apoio de bons diretores e proprietários, mas D. Lourenço, não resistindo à sua vocação de polemista, que eu conheço, joga-me suas lanças, e assume a defesa de uma tese

com a qual eu concordo, mas, de roldão, enfia os comerciantes e os educadores no mesmo saco. Deve ter deixado os primeiros exultantes: nunca tiveram um defensor tão digno e tão sério.

A citação do meu mestre parece-me imprópria. Non alligabis os bovi trituranti. Dignus est operarius mercede sua. (I Tim 5.18). Isso foi dito há 19 séculos, e também por Marcos, se não me engano, a sacerdotes. Claro que é digno o que recebem pelo seu trabalho. Sacerdotes, donos de escolas, deputados ou médicos recebem dignamente quando trabalham e produzem para o bem comum. Mas, por favor, vamos lembrar João Paulo II na viagem ao México ou na Centesimus Annus. Se o ter lucro não é ilícito como queriam os marxistas que acabaram, nem todo o lucro é lícito. O fim do socialismo não justifica a aceitação do capitalismo egoísta, que morreu antes dele. O lucro é legítimo quando o trabalho e a obra também o são.

Não é o caso de pessoas inescrupulosas que não ensinam e exploram em seus ditos alunos a esperança de um diploma, apenas (o grifo é indispensável) para ganhar dinheiro, como se vendessem sabão. São Paulo, ao escrever a Timóteo, não pensava neles.

E o que é pior: com anéis nos dedos, ternos bem cortados e, geralmente em mau português, andam pelas prefeituras da Baixada ou pelos corredores de Brasília, pedindo dinheiro em nome da Educação e da escola livre. Seus ditos alunos sacrificam até a comida para pagar mensalidades caras e indignas porque não correspondem ao que receberam.

Por amor a esses jovens e adultos e às suas famílias, não defendam seus exploradores, D. Lourenço. Eles não merecem a sua inteligência e a sua boa-fé.

Alvaro Valle é Deputado federal e Presidente do PL.